



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro: Rio Branco
Processo: 07024778420198010001
Classe do Processo: Petição
Data/Hora: 11/12/2019 15:48:04

Partes

Solicitante: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Documentos

Petição: 2657394_RECURSO_DE_AP
ELACAO_01 - 1-4.pdf
Anexo - Petição: 2657394_RECURSO_DE_AP
ELACAO_Anexo_02 - 1-3.pdf



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo n. 07024778420198010001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **IONELIA BARROZO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 10 de dezembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988**

**DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC**

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 4^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO / AC

Processo n.º 07024778420198010001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: IONELIA BARROZO DA COSTA

RAZÕES DO RECURSO

COLENDÂ CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DO JULGAMENTO EXTRA PETITA

Pela simples leitura do r. *decisum* verifica-se evidente *ERROR IN PROCEDENDO*, considerando que os pedidos da parte Apelada constantes em sua peça exordial foram julgados procedentes porém houve condenação de valores maior que os pedidos da inicial pelo autor, como podemos observar:

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** o pedido do autor, razão por que condeno a parte demandada ao pagamento de R\$ 4.412,50 correspondente ao valor residual, estabelecido na Lei 6.194/74. Assim, **tenho por resolvido o mérito**, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Noutro giro, mesmo que se considere condenação referente as lesões decorrentes do sinistro ocorrido em 17/07/2018, estas devem se limitar ao pedido do autor, ou seja, até o valor de R\$ 1.350,00, e desta forma entender que houve julgamento **EXTRA PETITA**, considerando que o pedido inicial é apenas a **COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO**.

Ora n. Julgadores, verifica-se que o pedido do Apelado se limitou em R\$ 1.350,00, requerendo tão somente o valor indenitário, referente a possível diferença entre o valor da lesão liquidada em sede administrativa.

A rigor, o pedido contido na inicial foi líquido e certo quanto a indenização do seguro DPVAT, **logo, tendo o que o n. Magistrado concedeu em sentença algo diferente do que se pediu na inicial, a sentença revelou-se extra petita.**

Tal equívoco merece ser corrigido, eis que a sentença, também, acarretou em afronta ao princípio da correlação ou da congruência.

O referido princípio informa que a sentença deve estar estritamente relacionada ao pedido pela parte, não podendo o magistrado proferir um julgado sem uma efetiva "ponte" com o pedido. Parece até óbvio a existência de tal norma principiológica; ao autor será entregue aquilo que é objeto de sua pretensão, pela concessão e reconhecimento do órgão jurisdicional.

No processo civil, o princípio da correlação encontra respaldo na doutrina e na legislação (art. 492 do NCPC), principalmente limitando à atuação do juiz, quando da prolação da sentença, tal artigo encontra-se ligado ao artigo 141 do mesmo código que segundo o qual o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes.

Neste sentido ensina o Mestre, Marcelo Abelha Rodrigues (2003:426-427):

[...] o limite da sentença é o pedido, porque como ato de entrega da tutela jurisdicional, deve ficar adstrito aos limites estabelecidos pela demanda, ou seja, uma sentença não pode ficar aquém do que foi pedido, ou seja, não pode o magistrado sentenciar sem ter apreciado todos os pedidos em juízo (infra ou citra petita), superior ao pedido (ultra petita) e tampouco julgar coisa diversa do que foi pedido (extra petita). Mais uma vez percebe-se o silogismo entre a sentença e o pedido.

Verifica-se que a decisão em apreço é típica incongruência da sentença definitiva que se caracterizou julgar coisa diversa do que o pedido inicial (extra petita), o que merece ser corrigido, pois se tratam de situações distintas, já que o pedido inicial, fica vinculado ao resultado da ação, no caso de procedência do pedido.

Neste sentido, reza o artigo 492 do NCPC/2015:

“Art. 492 - É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Parágrafo único - A decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.”

Resta claro que o Eminente Magistrado, prolatou sentença ultrapassando os pedidos contidos na inicial, devendo tal questão ser corrigida.

Desta forma, resta claro o equívoco cometido quanto ao arbitramento do valor constante da r. sentença.

Configurado o julgamento **EXTRA PETITA**, requer a reforma da r. Sentença, para julgar improcedentes os pedidos da inicial, ou assim não entendendo pela improcedência, que se limite ao valor do pedido, evitando prejuízo aos litigantes, encerrando, assim, com plenitude, a prestação jurisdicional.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 10 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na **4550 - OAB/AC** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **IONELIA BARROZO DA COSTA**, em curso perante a **4^a VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07024778420198010001.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PODER JUDICIÁRIO
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL

GRJ

DATA	10/12/2019
Nº	001.0108160-89
TOTAL	R\$ 149,70

DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO

Nome : SEG LIDER X IONELIA BARROZO DA COSTA
Endereço :

DADOS DO PROCESSO

Número : 0702477-84.2019.8.01.0001
Tipo de custas : Recursos
Requerente : Ionelia Barrozo da Costa
Requerido : Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
Nome da ação : Procedimento Comum
Área : Cível
Valor da causa : R\$ 1.350,00 Perc. cálculo : 100,00 %
Cartório : Secretaria da 4ª Vara Cível
Comarca : Rio Branco

Data do cálculo : 10/12/2019
Vencimento : 08/02/2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

Taxa Judiciária	SUBTOTAL R\$ 149,70			
	CÓDIGO	CALCULADO	PAGO	VALOR
Recolhimento: Taxa Judiciária - Recurso de Apelação Valor ação: 1.350,00 % Aplicado: 1,50 Valor mínimo: 149,70 Valor máximo: 19.960,00	1	149,70	0,00	149,70

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

TOTAL A RECOLHER
R\$ 149,70



| 001-9 |

Instruções para Pagamento

Até o vencimento, ou no 1º dia útil seguinte, se aquele não o for, poderá ser pago em qualquer banco participante da Compensação de Cobrança.

Após o vencimento, deverá solicitar outro boleto ao PODER JUDICIÁRIO

RECEBO DO SACADO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121			Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6		Data de Vencimento 08/02/2020
Data do Documento 10/12/2019	Nr. Documento 0702477-84.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 10/12/2019	Nosso-Número 28490980000065392
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 149,70
Informações de Responsabilidade do Beneficiário					(-) Desconto/Abatimento
Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.					(+) Juros/Multa
Autor: Ioneilia Barrozo da Costa Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Valor da ação: R\$1.350,00 - Classe: Procedimento Comum					(=) Valor Cobrado 149,70
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEG LIDER X IONEILIA BARROZO DA COSTA					
Endereço: Secretaria da 4ª Vara Cível					
Sacador/Avalista					
Guia: 001.0108160-89					
Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação					

Recebimento através do cheque nº
do banco

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo
banco sacado.



| 001-9 |

FICHA DE CAIXA

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121			Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6		Data de Vencimento 08/02/2020
Data do Documento 10/12/2019	Nr. Documento 0702477-84.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 10/12/2019	Nosso-Número 28490980000065392
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 149,70
Informações de Responsabilidade do Beneficiário					(-) Desconto/Abatimento
Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.					(+) Juros/Multa
Autor: Ioneilia Barrozo da Costa Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Valor da ação: R\$1.350,00 - Classe: Procedimento Comum					(=) Valor Cobrado 149,70
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEG LIDER X IONEILIA BARROZO DA COSTA					
Endereço: Secretaria da 4ª Vara Cível					
Sacador/Avalista					
Guia: 001.0108160-89					
Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação					



| 001-9 |

00190.00009 02849.098005 00065.392177 1 81590000014970

Local de Pagamento					Data de Vencimento 08/02/2020
Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br					Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121					
Data do Documento 10/12/2019	Nr. Documento 0702477-84.2019.8.01.0001	Espécie DOC GRJ	Aceite N	Data do Processamento 10/12/2019	Nosso-Número 28490980000065392
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento 149,70
Informações de Responsabilidade do Beneficiário					(-) Desconto/Abatimento
Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida. APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.					(+) Juros/Multa
Autor: Ioneilia Barrozo da Costa Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A Valor da ação: R\$1.350,00 - Classe: Procedimento Comum					(=) Valor Cobrado 149,70
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEG LIDER X IONEILIA BARROZO DA COSTA					
Endereço: Secretaria da 4ª Vara Cível					
Sacador/Avalista					
Guia: 001.0108160-89					
Código de Baixa Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação					





G33710140484073016
10/12/2019 14:10:47

Pagamento de títulos com débito em conta corrente

10/12/2019 - BANCO DO BRASIL - 14:10:46
125101251 0029

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

BANCO DO BRASIL

00190000090284909800500065392177181590000014970

BENEFICIARIO:

TRIBUNAL JUSTICA ESTADO ACRE

NOME FANTASIA:

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AC

CNPJ: 04.034.872/0001-21

PAGADOR:

SEG LIDER X IONELIA BARROZO DA COST

CNPJ: 04.034.872/0001-21

NR. DOCUMENTO	121.001
NOSSO NUMERO	28490980000065392
CONVENIO	02849098
DATA DE VENCIMENTO	08/02/2020
DATA DO PAGAMENTO	10/12/2019
VALOR DO DOCUMENTO	149,70
VALOR COBRADO	149,70

NR.AUTENTICACAO 9.05D.70C.2EA.CE2.755

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes e cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais: agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Assinada por J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS

10/12/2019 14:10:47

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS.